

**PROFISSIONALISMO E PROFISSÃO: TEORIAS SOCIOLÓGICAS E O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO NO BRASIL**

Paulo Eduardo ANGELIN<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo aborda as temáticas, “profissionalismo” e “profissão” e discute o processo de profissionalização que ocorreu no Brasil a partir do início do século XX. A discussão de termos como “associações profissionais”, “código de ética”, “credencialismo”, dentre outros, são de suma importância para o desenvolvimento desta análise. Sendo assim, a partir dos textos de Dubar (2005), Diniz (2001), Barbosa (1998) e Freidson (1996), está presente neste artigo a discussão de algumas correntes de pensamento no campo da sociologia das profissões, como as “teorias funcionalistas”, as “teorias histórico-comparativas”, a corrente do “interacionismo simbólico” e as novas correntes de pensamento que surgiram a partir da década de 70 do século passado. Esta discussão é realizada em duas partes. Na primeira, discutimos a ideia de “profissão” e o processo de profissionalização das sociedades ocidentais modernas, apresentando argumentos teóricos, confrontando teorias no campo da sociologia das profissões e estabelecendo diálogos entre elas. Na segunda parte, trabalhamos especificamente com o processo de profissionalização no Brasil, destacando, assim, dentre outras coisas, a exigência do conhecimento técnico-científico, o crescimento do número de profissões, a crescente expansão das universidades e ensinos profissionais que emitem certificados e diplomas e o crescimento de estudantes de nível superior.

**PALAVRAS-CHAVE:** Profissionalismo. Profissão. Associações profissionais.

**PROFISSIONALISMO E PROFISSÃO: UMA ANÁLISE TEÓRICA**

**O profissionalismo e o surgimento da sociologia das profissões**

Em seu artigo intitulado “Para onde vai a classe média: um novo profissionalismo no Brasil?” Barbosa (1998) afirma que o processo de profissionalização é uma marca importante e distintiva das sociedades ocidentais modernas. Assim, em consonância com Norbert Elias (apud BARBOSA, 1998), que afirma que é “dentro da esfera profissional que a sociedade exerce a sua coesão”, ela destaca a importância para as sociedades modernas da esfera profissional. O fenômeno é tão importante que desde o surgimento da sociologia ele desperta interesse.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia. UFSCar. – Universidade Federal de São Carlos. Pós-Graduação em Sociologia. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 - pauloangelin@yahoo.com.br

Dubar (2005) mostra que os fundadores da sociologia desde o início manifestaram interesse pelo estudo das profissões e fizeram reflexões teóricas e análises das atividades profissionais. Comenta o autor que, La Play, por exemplo, já em 1855, analisou 45 tipos de situações operárias e deu grande ênfase às associações profissionais, alegando que elas “[...] constituem uma das glórias da Inglaterra e explicam em grande medida a supremacia intelectual que esta goza nessa época, especialmente no domínio científico.” (DUBAR, 2005, p.126). Além de La Play, o autor informa que Tonnies e também Durkheim deram grande importância às atividades profissionais, bem como às associações dos trabalhadores, buscando, através de suas análises estabelecer a relação dos homens com o trabalho e a comunidade. Ainda segundo Dubar, Max Weber, por sua vez, considerava que o processo de profissionalização era essencial para a modernização, mostrando, desde já, a necessidade da passagem “de uma socialização principalmente comunitária a uma socialização fundamentalmente societária”, baseada em critérios meritocráticos. Enfim, o que vemos desde já é a atribuição de superioridade à profissão que está alicerçada pelos critérios meritocráticos e de livre escolha de ocupação e a rejeição dos ofícios. Cabe, no entanto, fazer uma ressalva sobre a oposição entre profissão e ofício, destacando como surge a noção de “superioridade” das profissões.

Segundo Dubar (2005), apoiando-se em J.Lê Goff (1977), antes da multiplicação das universidades no século XIII, o trabalho era algo consagrado e todos os trabalhadores, sejam eles das artes liberais (artistas, intelectuais) ou das artes mecânicas, (artesãos, trabalhadores manuais) eram provenientes de uma mesma organização corporativa. A separação entre artes liberais e artes mecânicas só ocorreu com a expansão e fortalecimento das universidades, gerando, por fim, uma oposição entre profissões – que surgiram das artes liberais e que eram ensinadas na universidade e estavam ligadas ao conhecimento técnico-científico, e os ofícios que surgem das artes mecânicas, “[...] onde as mãos trabalham mais do que a cabeça e que se limitam a determinados números de operação mecânica.” (DUBAR, 2005, p.124). A partir disso, a profissão passa ser associada ao espírito, ao intelectual, ao nobre e o ofício surge associado à mão, braços, baixo, etc. Na definição e distinção de Freidson (1996), a profissão exige um conhecimento intelectual maior e mais aprofundado do que o ofício, já que este está calcado no prático. É certo que desde esta oposição, as profissões despertam grande interesse de estudo.

### **As teorias funcionalistas das profissões**

Se é verdade que desde o surgimento da sociologia estudiosos manifestam interesses pelos estudos das profissões é certo, também, segundo Diniz (2001), que os primeiros estudos foram dominados pelos sociólogos funcionalistas americanos, por volta do final dos anos 30 do século passado, principalmente com Parsons, Barber, dentre outros, analisando a profissão como um modelo superior aos ofícios e a ocupação. Na visão funcionalista, uma atividade só pode ser considerada uma profissão se ela possuir um conjunto específico e preciso de atributos. O que os funcionalistas desenvolvem em seus estudos das profissões é uma listagem dos atributos que distingue a profissão da ocupação. De acordo com esta abordagem, existe uma superposição de elementos definidores e formadores do profissional: “[...] a existência de um corpo de conhecimento suficientemente abstrato e complexo para requerer um aprendizado formal prolongado; uma cultura profissional sustentada por associações profissionais; uma orientação para as necessidades da clientela e um código de ética.” (DINIZ, 2001, p.20). Neste sentido, uma ocupação só ascende ao status de profissão se atender no mínimo a estes atributos.

O interesse principal dos funcionalistas ao estudarem as profissões consistia em demonstrar o valor social das profissões a partir da análise das funções que as profissões tinham para com todo o sistema social. Dentre as várias questões e conceitos que surgem na análise das profissões a partir da ótica funcionalista, segundo Diniz (2001), a idéia de “autonomia profissional” é a que se revelou o ponto central nesta tradição. Segundo a autora, para os funcionalistas, não é o capitalismo ou a livre empresa que caracterizam a sociedade industrial moderna, mas sim, o surgimento dos grupos profissionais.

Para o funcionalista Parsons, por exemplo, os portadores dos valores racionais do conhecimento técnico-científico numa sociedade alicerçada na competência são os profissionais, que se revelam capazes e que possuem o domínio do conhecimento prático e teórico. Revela ainda que as profissões modernas têm como característica a prestação de serviço para toda a coletividade, atendendo qualitativamente as suas necessidades. E que o retorno desta prestação não está mais alicerçado apenas no ganho econômico, tradicionalmente conhecido como remuneração, mas sim, no reconhecimento coletivo da importância da função desempenhada. E

Dinis finaliza enfatizando que para Parsons (2001, p.19), “[...] o profissional é um especialista técnico em virtude do seu domínio tanto da tradição, quanto das habilidades necessárias à sua aplicação.”

Por sua vez, ao analisar a teoria funcionalista das profissões, Dubar (2005) mostra que, para o mesmo Parsons, existe uma interação entre o profissional e o cliente, sendo que o cliente cria uma relação de dependência para com o profissional, pois necessita de seu conhecimento técnico-científico para satisfazer a sua necessidade, e o profissional, do mesmo modo, necessita de ter clientes. Neste sentido, a profissão assume uma característica realmente utilitária, sendo útil para o cliente, pois satisfaz a sua necessidade e, ao mesmo tempo, útil para aquele que exerce a profissão, ou seja, o profissional, pois gera nele não só a satisfação pessoal e a profissional, mas, recursos e bens materiais para o profissional. Esse processo de interação utilitarista entre profissional, especialmente do profissional liberal, e cliente, gera, segundo Dubar (2005, p.130), a institucionalização do processo de profissionalização. “A institucionalização dos papéis em profissão resulta, pois, em primeiro lugar, segundo Parsons, de um equilíbrio das motivações entre a necessidade que o cliente tem do profissional e a necessidade que este tem de ter clientes.”

Já para o funcionalista Bernard Barber, a profissão está baseada no alto grau de conhecimento generalizado e sistematizado dos profissionais e na virtude do profissional de atentar-se antes para o interesse da comunidade do que para o seu interesse individual. (DINIZ, 2001).

Na análise funcionalista das profissões, destacam-se como mecanismo importante de proteção e manutenção das profissões as “Associações Profissionais”. Elas surgem com a função de garantir o controle ocupacional, ou seja, a autonomia profissional e a auto-regulação das profissões. Para Caplow (1966), por exemplo, as associações profissionais funcionam como um dispositivo regulador das relações entre profissional/cliente e profissional/profissional. Para o funcionalista, não seria possível a regulação desta relação se não houvesse um consenso normativo dentro da comunidade profissional.

Enfim, como se observa, a abordagem funcionalista das profissões destaca uma série de características e atributos considerados comuns a todas as profissões para descrever, ao seu

modo, o processo de profissionalização. Como observaremos no tópico abaixo, essa abordagem foi alvo de muitas críticas por outras correntes de pensamento.

### **Críticas às teorias funcionalistas das profissões**

As teorias funcionalistas das profissões não deixaram de ser alvo de críticas por outras correntes de pensamento. Para alguns críticos, elas nada mais fizeram do que enumerar hierarquicamente os atributos que eles entendem como constituintes da profissão, esquecendo de estabelecer uma relação entre eles.

O que se observa é uma seleção arbitrária de características ‘essenciais’ e universais que atribuem ou negam status de profissão às ocupações. Falta a essas definições uma teoria que relacione os vários atributos, especifique a importância, o peso e o tipo de relação que mantêm entre si (DINIZ, 2001, p.22).

A crítica também está centrada no fato de que as teorias funcionalistas não levam em consideração a perspectiva histórica e nem fazem um recorte cultural. Do ponto de vista dessas críticas, “[...] os autores generalizam a experiência particular dos Estados Unidos ou da Inglaterra, como se a natureza das profissões aí encontradas fosse típicas de todos os países.” (DINIZ, 2001, p.23). Essas críticas são frutos das teorias histórico-comparativas. Tais teorias ressaltam em suas pesquisas incessantemente o pouco caso que as teorias funcionalistas fazem das diferenças enormes existentes entre o conceito anglo americano e europeu continental de profissões. Destacam-se algumas destas diferenças.

A primeira diferença consiste na forma de Estado e na economia. Nos Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo, existia uma economia de mercado, um Estado passivo e descentralizado fortemente inclinado para o Laissez-faire e uma burocracia estatal pequena. Tal conjuntura favoreceu a criação de movimentos de proteção das ocupações, além de estimular as ocupações a organizar as bases para a prestação de seus serviços e as suas instituições de credenciamento. Dentro dessa conjuntura, “o termo profissão foi usado para distinguir as ocupações com projetos bem sucedidos” (DINIZ, 2001, p.24).

Por outro lado, isto é, na Europa Continental, como os Estados se constituíam altamente burocráticos e centralizados, as atividades ocupacionais estavam reguladas pelo Estado e não possuíam autonomia para administrar os seus negócios. Era o Estado quem conduzia o processo de profissionalização. Na Alemanha, por exemplo, a profissionalização, em grande parte, ocorreu dentro da administração pública. “O funcionalismo público veio a ser composto crescentemente por profissionais burocratas academicamente treinados.” (DINIZ, 2001, p.25). Por sua vez, a identidade profissional era alcançada pelo status de frequentar uma instituição estatal de ensino superior de elite e não pelo conhecimento técnico-científico.

Em discordância, para os funcionalistas as ocupações de elite na Europa Continental não se constituíam profissões plenamente realizadas, já que os atuantes careciam de autonomia profissional. Visão esta, segundo Diniz, novamente contestada pelos defensores das teorias histórico-comparativas, que argumentavam que a concepção de profissão plenamente autônoma, não é uma concepção universal, mas local.

Os funcionalistas também argumentavam que burocracia e profissão são modelos antagônicos e não permitem a efetivação do processo de profissionalização. Por sua vez, os teóricos histórico-comparativistas responderam a esta crítica argumentando sobre inúmeros pontos em comum entre ambas. Mostraram, por exemplo, espelhando-se no modelo weberiano de burocracia, que assim como ocorre com as profissões, o serviço burocrático exige também exames, qualificações especiais, conhecimento, treinamentos, dentre outros. Para Larson (1977), por exemplo, segundo Diniz (2001), burocracia e profissão são modos complementares de organização e controle do trabalho.

### **Outras abordagens teóricas ao longo da história da sociologia das profissões**

Conseqüentemente, uma outra linha de pensamento que surgiu acerca das profissões, foi o modelo interacionista, com origem na Escola de Chicago. Diferentemente da abordagem funcionalista, os interacionistas, ao invés de se preocupar com a proposição de listagem de atributos que definisse uma profissão e a distinguisse de uma ocupação, eles procuram privilegiar uma lógica de processo e buscam atentar-se para as circunstâncias que possibilitam a passagem

de uma ocupação para uma profissão. Para os interacionistas simbólicos, que trabalham com um quadro mais vasto de atividades, a divisão do trabalho é resultado de interações e processos sociais, não se limitando, portanto, como enfatizavam os funcionalistas, ao conhecimento técnico apto a satisfazer as necessidades sociais. De acordo com Dubar (2005), ao desenvolver um estudo sobre trabalho e profissão, os interacionistas simbólicos não entendem o mundo do trabalho apenas como uma transação econômica, mas também colocam em destaque a personalidade individual e a identidade social do sujeito.

A principal referência da abordagem interacionista das profissões chama-se Everett Hughes. De acordo com Dubar, para Hughes há duas noções básicas e essenciais para entender o fenômeno profissional: o “diploma” e o “mandato”. O diploma seria a licença, ou seja, a autorização legal para exercer uma atividade. Nesse sentido, a profissão só deve ser exercida pelos portadores dessa licença, excluindo, portanto, os não-portadores. Já o mandato seria a “obrigação legal de assegurar uma função específica” (DUBAR, 2005, p.133). Para o autor, tanto o diploma, quanto o mandato formam as bases da “divisão moral do trabalho”. Ou seja, consiste no processo em que as diferentes funções que são valorizadas pela sociedade são distribuídas entre os componentes dessa sociedade, o que implica, necessariamente, numa hierarquização das funções e a separação entre funções essenciais, reconhecidas como sagradas e funções secundárias, tidas como profanas.

Ainda segundo Hughes, os profissionais, ou seja, os portadores de diploma e mandato, necessariamente devem ter consigo dois atributos essenciais e distintos. O primeiro seria o “saber inconfessável”. Ou seja, é a autorização que o profissional possui para ouvir os segredos, informações embaraçosas ou “coisas culpabilizadoras” de seus clientes e permanecer em sigilo absoluto. Esse saber seria o mecanismo regulador da relação entre profissional e cliente e sociedade (DUBAR, 2005).

O segundo ponto importante para o profissionalismo, tido como um atributo seria a necessidade da existência de instituições competentes para proteger o diploma e assegurar o mandato dos seus membros. Seriam organizações corporativas que impediriam a realização de atividades profissionais por aqueles que não possuem o diploma e o mandato, separando, portanto, o profissional do charlatão. Tais organizações também teriam o dever de gerir os erros profissionais. “Assim, a organização desempenha um papel essencial na desculpabilização em

caso de erro desde que as regras da arte tenham sido respeitadas.” (DUBAR, 2005, p.135). Para aqueles que não cumprem as regras, sendo considerados falsários e incompetentes, o papel das organizações profissionais seria o de livrar-se deles, para que não houvesse a quebra da relação de confiança e de respeito entre o profissional e o cliente.

Por volta da década de 70 e 80 do século passado, surgiram novas correntes de pensamento no campo da sociologia das profissões de caráter misto, que passam a serem conhecidas como “novas teorias da profissão”. Destacam aquelas que ressaltam o papel dos mecanismos econômicos, tendo como base a teoria marxista, e a questão do poder e das estratégias profissionais, trabalhadas por autores neweberianos e por Eliot Freidson. Assim, termos como desprofissionalização, proletarização, fechamento e monopólios da profissão são incluídos nas discussões.

Como pudemos observar no posicionamento das teorias funcionalistas, a autonomia profissional é um elemento chave no tratamento das profissões. A característica mais avançada de autonomia encontra-se nas profissões liberais, onde os clientes contratam livremente no mercado os serviços de um profissional e submetem-se à sua competência técnico-científica, pois confiam no seu conhecimento para a resolução de seu problema e, em resposta, o remuneram pelo serviço prestado. Mas, para alguns pesquisadores, esta autonomia profissional está sendo fortemente reduzida em decorrência de processos sócio-econômicos e de formas de controle externo sobre a profissão, tornando as profissões como ocupações como quaisquer outras. Exemplos disso são as inovações tecnológicas e a especialização. Diniz (2001) informa, baseando-se em Toren (1975) que tais fatores aceleram o processo de desprofissionalização, pois enfraquecem a autonomia e a autoridade profissionais, já que tendem a apresentar o conhecimento mais racional, preciso e específico, o que o torna mais susceptível a procedimentos padronizados e rotinas técnicas, diminuindo, portanto, a pretensão profissional de autonomia e de monopólio da prestação de serviços, já que tais pretensões assentam-se no conhecimento e no caráter não rotineiro das soluções.

Por sua vez, autores provenientes da corrente marxista apontam um processo de proletarização dos profissionais e da profissão. Apontam, dentre várias análises, que existe uma tendência transparente à substituição da autonomia profissional pelo exercício profissional assalariado. “Incapazes de manter uma condição econômica independente, mais e mais

profissionais vendem sua força de trabalho e se tornam assalariados em grandes organizações, tanto no setor privado quanto no setor público.” (DINIZ, 2001, p.42). Ao assumirem o exercício profissional assalariado nas organizações e empresas, os profissionais se submetem a procedimentos típicos de ordem fabril: “[...] fragmentação, padronização e rotinização das tarefas, controle hierárquico através de regras e regulamentos e avaliação de produtividade.” (DINIZ, 2001, p.43).

Do ponto de vista dos neweberianos, a profissão consiste numa estratégia de fechamento, excluindo do seu âmbito aqueles que não possui diploma e nem credenciamento, ou seja, autorização formal e legal para exercer determinada atividade. Para eles, a profissionalização surge como um mecanismo excludente, capaz de limitar e controlar a entrada em uma ocupação, com o objetivo de garantir ou maximizar o seu valor de mercado. Portanto, na visão dessa corrente sociológica, as profissões consistiriam naquelas “[...] ocupações particularmente bem sucedidas em seu projeto de fechamento com base em credenciais educacionais, e de controle das condições de mercado [...]”, garantindo legalmente, dessa forma, o monopólio na prestação de serviços profissionais (DINIZ, 2001, p.31).

As profissões além de envolver “fechamento” e monopólios profissionais, possibilitam, também, a formação de jurisdições que são constantemente disputadas como “domínios profissionais exclusivos”. Segundo Diniz (2001, p.33), são as pretensões jurisdicionais que “fornecem o ímpeto e os padrões das formas organizacionais das profissões.” Como exemplo de disputas jurisdicionais, por exemplo, “[...] nos Estados Unidos a dos ‘médicos regulares’ contra os homeopatas e herbalistas, a dos psiquiatras contra os neurologistas, a dos contadores contra os advogados.”

Inserido na gama de novos pensadores da sociologia das profissões que surgiram a partir de 1970, não podemos esquecer de Eliot Freidson, que faz uma abordagem das profissões alicerçada no paradigma do poder, analisando o profissionalismo ligado a uma estratégia política e não funcional.

Sinteticamente, para Freidson, a profissão consistiria num trabalho especializado, pago e realizado em tempo integral, que possui uma base teórica e está calcada no conhecimento técnico científico. As profissões têm como característica, ainda, controlar a divisão do trabalho, o mercado de trabalho e delimitar as fronteiras jurisdicionais. Tem função importante para manter a

estrutura profissional as associações profissionais, o credenciamento, a licença, o registro e os cursos superiores. Vejamos mais detalhadamente alguns pontos da teoria do profissionalismo deste autor.

Em um dos seus artigos, Freidson (1996) propõe esboçar uma teoria, nomeada “teoria do profissionalismo” para explicar e fazer uma análise sistemática das profissões. Segundo ele, o profissionalismo seria uma espécie de tipo-ideal, um instrumento capaz de proporcionar aos trabalhadores com conhecimento e qualificação, os recursos que permitiria a eles o controle do seu próprio trabalho. O profissionalismo seria num método diferente de organizar a divisão do trabalho, pois ele permite que as ocupações negociem os limites jurisdicionais entre si e organize e controle a própria divisão do trabalho. Para ele, o número das diferentes ocupações e empregos, o grau de hierarquia e a estabilidade das especializações não são fixas e, portanto, variam ao longo do tempo. E isso permite organizar e controlar a própria divisão do trabalho. Sendo assim, sempre que houver um menor número de ocupações diferentes e um menor grau de hierarquia, a divisão do trabalho está sendo controlada pelas ocupações. Quando isso ocorre, tendem a ser mais estáveis e mais longas.

Ainda através da análise do profissionalismo, Freidson informa que o mercado de trabalho também é algo que está sobre efetivo controle. Assim, em um mercado de trabalho controlado, só estão habilitados a desempenhar a ocupação os profissionais que possuem autorização (atestado que certifica a sua competência e qualificação), ou seja, a sua credencial, geralmente o diploma. Esse processo é intitulado por Freidson de “Reserva de Mercado de Trabalho”.

O ponto de discussão mais importante para o profissionalismo é o Estado. Para Freidson, as instituições do profissionalismo não podem existir ou serem mantidas sem o exercício do Estado. É o Estado que possibilita a criação e a manutenção do controle ocupacional da divisão do trabalho, do mercado de trabalho e o do modo de ensino. Em sua análise, Freidson mostra que o Estado não é único e que ele age de formas diferentes. Existem diferentes Estados que se organizam e possuem políticas diferentes. Assim, em Estados passivos, não hierarquizados e mais participativos, as associações profissionais possuem mais autonomia, negociando uma divisão do trabalho com as outras instituições, criam reservas do mercado de trabalho, criam escolas que oferecem as credenciais de trabalho, etc. Já num Estado onde a burocracia serve como agente de grupos de interesse civil, ele age por si próprio e possivelmente funda e administra as instituições

profissionais, mas aceita recomendações dessas instituições criadas por ele. Aqui ele pode criar arranjos corporativos e passa a selecionar uma associação que representa a profissão em seu conjunto. Este seria um “corporativismo societal”. Por sua vez, em um Estado autônomo e autoritário, surge uma espécie de corporativismo estatal, pois é a burocracia que formula e implementa as políticas do Estado. Aqui, a associação profissional é criada pelo Estado e representa a política estatal e ela só expressa a posição aprovada pelo Estado. Nesse sentido, as associações independentes não estão autorizadas a representar a sua profissão.

Finalmente, o profissionalismo, segundo Freidson, possibilita a independência do profissional diante de sua clientela ou do seu patrão. Isso porque sendo ele detentor do conhecimento especializado, ou seja, um profissional qualificado, ele tem autonomia de escolha e serve a quem tem o poder e o capital para contratá-lo.

Em síntese, observamos as diferentes abordagens teóricas sobre a profissão e o processo de profissionalização que surgiram no processo histórico da sociologia das profissões. Toda essa discussão desenvolvida até o momento nos abre espaço para entender e analisar, na próxima parte do artigo, o processo de profissionalização no Brasil.

## **O PROCESSO DE PROFISIONALIZAÇÃO NO BRASIL**

Barbosa (1998), apoiando-se em Simon Schwartzman (1987) afirma que o processo de profissionalização no Brasil só veio ocorrer no início do século XX, com os médicos sanitaristas e engenheiros, através do chamado processo de “saberes modernos como recurso na luta interelites” (BARBOSA, 1998, p.133). Embora anteriormente a esse processo já existissem os advogados, Barbosa faz uma crítica apontando que esta categoria não poderia ser tratada como profissionais, já que o ponto de partida da atuação desse grupo não era o saber, mas sim a sua situação de classe e o seu patrimônio familiar de relações sociais e políticas. “No máximo, poderíamos aproximá-los das profissões de status, características da Inglaterra até o século XVIII. Nada a ver com as modernas profissões que são a base dos atuais sistemas de estratificação.” (BARBOSA, 1998, p.133).

Como podemos perceber em Barbosa, os profissionais modernos não se definem pela situação de classe, mas legitimam a sua profissão através do saber, do conhecimento técnico-científico. Essa definição surge com os médicos sanitaristas cariocas que se destacavam no início do século XX, como portadores do saber científico e com os engenheiros que através da ênfase ao sistema de meritocracia, tornaram-se responsáveis pela redefinição das formas de atuação do Estado e conseguiram introduzir nos setores onde atuavam “[...] novos princípios de classificação social, com ênfase especial para os critérios meritocráticos para organização de carreiras nas empresas públicas.” (BARBOSA, 1998, p.134). No final da década de 1960, os economistas também surgiram como exemplos de excelentes indicadores do trabalho profissional, que através do conhecimento técnico-científico e do saber, passaram a deter o controle pleno sobre o planejamento estatal, bem como conseguiram definir padrões organizacionais para as empresas privadas.

Barbosa (1998), em grande consonância com o pensamento de Freidson (1996), informa que devido a esses indicadores na história da profissionalização no Brasil, é possível encontrar várias evidências de que, na sociedade brasileira atual, existe um importante processo de profissionalização.

A primeira delas consiste no aumento significativo do número de portadores de diplomas universitários neste país que, para ela, é sim um importante indicador do profissionalismo. Em consonância com Barbosa, Diniz (2001) também afirma que um dos aspectos mais transparentes, que revela a expansão e diversificação profissional no Brasil é o grande crescimento do número de ocupações que exigem o diploma universitário: se em 1950 eram apenas menos de uma dúzia de ocupações que exigiam o nível superior, em 1980, passaram a ser 114 ocupações, das quais 76 estavam regulamentadas. Se não bastasse o crescimento do número de profissões com exigência do ensino superior, verifica-se, também, que houve um enorme e importante crescimento do número de profissionais no mercado de trabalho com ensino superior: “[...] em 1979, a força de trabalho com educação de nível superior constituía 3,5% da população economicamente ativa, contra 5,35% em 1985.” (DINIZ, 2001, p.13). Esses dados não seriam sustentados se também não tivesse ocorrido uma importante expansão do ensino superior no Brasil, crescimento esse que deu início em 1968 com a Reforma Universitária. O resultado disso tudo foi que, num curto período de tempo, as universidades passaram a receber grande contingente de alunos que estava em busca

de diplomas nas mais diversas carreiras e soltar para o mercado de trabalho milhares de novos profissionais<sup>2</sup>.

Aliado a essa primeira constatação, é possível verificar também, segundo Barbosa, um enorme crescimento da dependência da população do saber técnico-científico. “Não é difícil demonstrar o crescimento das exigências de uso dos serviços de profissionais: médicos, advogados, engenheiros, arquitetos.” No caso dos médicos “[...] a população de risco cada vez menos conhece os procedimentos tradicionais, recorrendo em proporções crescentes ao atendimento médico-hospitalar.” (BARBOSA, 1998, p.136).

Uma outra evidência é a de que existe uma intensa busca do reconhecimento oficial da existência da profissão e, principalmente dos controles dos profissionais sobre seu trabalho. Cada vez mais os grupos profissionais definem a sua área de trabalho, buscam o reconhecimento do trabalho nos moldes profissionais e até procuram definir os limites jurisdicionais para o exercício da profissão.

A próxima evidência que demonstra o processo de profissionalização no Brasil consiste na reorganização do Estado no Brasil. Um exemplo disso é a organização das carreiras e dos mecanismos de mobilidade que vêm ocorrendo de forma profissional no Estado. Nesse sentido, a ascensão na carreira no Estado está ocorrendo através do conhecimento, por meio do saber e da experiência do funcionário em determinada atribuição e não mais pelo tempo de serviço. “O princípio profissional sobrepõe-se ao que poderíamos chamar de princípio estritamente burocrático.” (BARBOSA, 1998, p.138).

Uma outra evidência é a exigência cada vez maior das empresas pelo maior nível de qualificação do profissional. Nesse sentido, de acordo com Barbosa, a formação de nível superior hoje em dia não é o suficiente para inserir ou manter um profissional no mercado de trabalho. Atualmente é imprescindível que, além da formação superior (nível mínimo de exigência), o profissional se qualifique constantemente através de cursos de aperfeiçoamento e de pós-graduação.

---

<sup>2</sup> Se por um lado, todos esses dados revelam um importante crescimento no processo de profissionalização no Brasil, por outro lado, segundo Diniz (2001, p.13), críticas por todo os lados começaram a surgir denunciando tanto a banalização e desvalorização dos graus acadêmicos em razão da “inflação de diplomas”, como o que a autora chama de credencialismo, mostrando que o ensino superior revela-se como “[...] mera fábrica de sinalizadores para um mercado de trabalho muito competitivo, independente do conteúdo da educação.”

Uma última evidência de que existe um intenso processo de profissionalização no Brasil é o crescimento da PEA de “classe média”, estimulado principalmente pelo grande fluxo de mulheres no mercado de trabalho, devido especialmente ao aumento de sua escolarização, com grande destaque para o nível superior, promovendo, assim, a feminização de algumas profissões que em outros tempos se destacavam como masculinas. “É visível o aumento da proporção de mulheres entre estudantes de medicina e odontologia em qualquer universidade. Essas mulheres acabam se inserindo no mercado como profissionais, gerando um aumento substantivo dos trabalhadores da classe média na PEA.” (BARBOSA, 1998, p.139).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com o que se verificou neste artigo, os estudos sociológicos sobre as atividades profissionais despertaram interesse desde o nascimento da sociologia e ganharam grande destaque com os estudiosos funcionalistas, principalmente nos Estados Unidos, nos anos de 1930. Os funcionalistas destacaram uma série de características e atributos considerados necessários para todas as profissões, para descrever, à sua maneira, a ideia de profissão e o processo de profissionalização. Exigências como, conhecimento técnico-científico, associações profissionais, sensibilidade para enxergar as necessidades dos clientes e saciá-las, bem como código de ética profissional, são imprescindíveis para o processo de profissionalização, distinguindo, assim, uma profissão de uma ocupação qualquer. Dentre outras coisas, as associações profissionais, por exemplo, surgiram com o papel de garantir o controle ocupacional, ou seja, a autonomia profissional – ponto chave na teoria funcionalista das profissões – e a auto-regulação das profissões. O resultado de tudo isso para os funcionalistas consistia em demonstrar o valor social das profissões.

Por outro lado, os funcionalistas não se safaram de críticas num segundo momento. Surgem pensadores e correntes que afirmavam que os funcionalistas não fizeram nada além de enumerar hierarquicamente os atributos que eles entendiam constituintes da profissão. Segundo os críticos, os funcionalistas esqueceram principalmente de estabelecer relações entre os atributos e especificar a importância desses atributos. A crítica feita pelas teorias histórico-comparativistas ainda enfatizou o pouco caso dos funcionalistas para com a perspectiva histórico-cultural. De

acordo com a crítica, os funcionalistas observaram apenas as experiências locais, mais precisamente dos Estados Unidos e da Inglaterra, e generalizaram essas experiências como se fossem únicas e cabíveis a todas as regiões e culturas do mundo.

Destacaram-se ainda, as teorias do interacionismo simbólico, que privilegiavam a lógica do processo, buscando entender as circunstâncias que possibilitavam a passagem de uma ocupação para uma profissão. E, por fim, por volta de 1970, destacam as teorias mistas, conhecidas por novas teorias da profissão. Estas ressaltavam o papel dos mecanismos econômicos – base marxista, e a questão do poder e das estratégias profissionais – autores neweberianos e o importante autor Eliot Freidson.

É necessário acrescentar que embora as teorias funcionalistas tenham sido alvo de muitas críticas, acredito que elas foram (são) de grande importância teórica para a análise das profissões e dos processos de profissionalização, bem como para a sociologia das profissões, já que muitas outras teorias das profissões, bebem da fonte teórica funcionalista. Basta olharmos para as teorias que ressaltam a importância da autonomia profissional, das associações profissionais, do conhecimento técnico-científico, da existência de um código de ética, dentre outros conceitos.

Analisando os argumentos de Freidson sobre o profissionalismo e as profissões, acredito que no Brasil existe uma importante estrutura profissional. Atualmente, um número demasiado de atividades profissionais conta com associações profissionais ou conselhos regionais e/ou federais, dotados de um código de ética, que garantem a autonomia profissional e a auto-regulação das profissões. Vemos ainda mecanismos importantes que garantem a estrutura profissional, como os credenciamentos, a licença, o registro e o crescente aumento do número de cursos superiores, de alunos e de faculdades e universidades.

Finalmente, também concordo com Diniz que critica algumas correntes da sociologia das profissões, que argumentam que está ocorrendo um processo de desprofissionalização das profissões e a proletarização dos profissionais, já que, para estas correntes, os profissionais estão perdendo a autonomia profissional (teoria da desprofissionalização) e se tornando assalariados (teoria da proletarização). Para Diniz, poucas são as profissões que nasceram autônomas. A maioria delas nasceu assalariada, ou seja, surgiram dentro de empresas e organizações, submetendo-se a controles, regras e rotinas. Ainda, segundo a autora, embora atualmente exista uma tendência de assalariamento das profissões que surgiram autônomas, isso não aponta

para um processo de desprofissionalização ou proletarização da profissão, pois a estrutura colegiada de controle predomina sobre a estrutura burocrática.

**PROFESSIONALISM AND PROFESSION: SOCIOLOGICAL THEORIES AND THE  
PROCESS THE PROFESSIONALIZATION IN BRAZIL**

**ABSTRACT:** *This article discusses the issues, "professionalism" and "profession" and discusses the process of professionalization that occurred in Brazil from the early twentieth century. The discussion of terms such as "trade associations", "ethics code", "credential, "among others, are of utmost importance for the development of this analysis. Thus, from the texts of Dubar (2005), Diniz (2001), Barbosa (1998) and Freidson (1996), is present in this article the discussion of certain currents of thought in the sociology of professions, such as "theories functionalist, "the" historical and comparative theories, "the chain of" symbolic interactionism "and the new currents of thought that emerged from the 70s of last century. This discussion is conducted in two parts. At first, we discussed the idea of "profession" and the process of professionalization of modern western societies, with theoretical arguments, confronting theories in the sociology of the professions and by establishing dialogues between them. In the second part, we work specifically with the professionalization process in Brazil, thus highlighting, among other things, the requirement for technical and scientific knowledge, the growing number of occupations, the increasing expansion of universities and teaching professionals who issue certificates and diplomas and growth of higher education students.*

**KEYWORDS:** *Professionalism. Profession. Professional associations.*

**REFERÊNCIAS**

BARBOSA, M. L. de O. Para onde vai a classe média: um novo profissionalismo no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v.10, n.1, p.129-142, mai. 1998.

DINIZ, M. **Os donos do saber:** profissões e monopólios profissionais. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

DUBAR, C. **A socialização:** construção das identidades sociais e profissionais. Portugal: Porto Editora, 2005.

FREIDSON, E. Para uma análise comparativa das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.31, ano 11, p.141-154, jun. 1996.